

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ – PI

Estudo Técnico Preliminar – ETP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

Objeto: Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), acondicionado em botijão com capacidade de 13kg, destinado ao uso doméstico, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Gabinete do Prefeito, Saúde, Finanças, Cultura, Infraestrutura, Assistência Social e Administração, conforme normas técnicas e de segurança vigentes

NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO / CONTRATAÇÃO - OBJETO

A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades operacionais das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Gabinete do Prefeito, Saúde, Finanças, Cultura, Infraestrutura, Assistência Social e Administração, mediante o fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), acondicionado em botijão com capacidade de 13 kg, destinado ao uso doméstico. O referido insumo é amplamente utilizado nas dependências administrativas e unidades vinculadas às secretarias para a preparação de alimentos, aquecimento de água e outras atividades que demandam fonte de energia térmica segura e eficiente.

Considerando que diversas unidades administrativas mantêm cozinhas ou estruturas de apoio para preparo de refeições destinadas a servidores, colaboradores, usuários de programas sociais e demais públicos atendidos pelas políticas públicas municipais, o fornecimento contínuo de GLP mostra-se indispensável para a manutenção dessas atividades. A ausência do insumo comprometeria o funcionamento regular de diversos serviços públicos, especialmente em unidades da área social e da saúde, onde a alimentação e o preparo de refeições fazem parte das rotinas institucionais.

Dessa forma, a aquisição do produto se justifica pela necessidade permanente de abastecimento das unidades administrativas, garantindo a continuidade dos serviços públicos, a adequada prestação das atividades institucionais e o funcionamento regular das estruturas municipais que dependem desse insumo.

ÁREA REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Secretaria Municipal Meio Ambiente

Gabinete do Prefeito

Secretaria Municipal Saúde

Secretaria Municipal Finanças

Secretaria Municipal Cultura

Secretaria Municipal Infraestrutura

Secretaria Municipal Assistência Social

Secretaria Municipal Administração

REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

Para atendimento da necessidade identificada, o fornecimento de GLP deverá observar requisitos técnicos, operacionais e de segurança compatíveis com as normas vigentes aplicáveis ao armazenamento, transporte e comercialização do produto. O gás deverá ser fornecido acondicionado em botijões com capacidade de 13 kg, próprios para uso doméstico, devidamente lacrados, em perfeito estado de conservação e dentro dos padrões estabelecidos pelos órgãos reguladores e pelas normas técnicas aplicáveis ao setor.

A empresa contratada deverá possuir autorização e registro junto aos órgãos competentes para comercialização e distribuição de GLP, garantindo que o produto fornecido tenha procedência regular e atenda aos padrões de qualidade e segurança exigidos. Além disso, deverá assegurar condições adequadas de transporte e entrega, evitando riscos de vazamentos, avarias nos recipientes ou qualquer situação que comprometa a segurança dos usuários e das instalações públicas.

Outro requisito importante refere-se à capacidade logística da contratada para realizar entregas de forma ágil e dentro dos prazos estabelecidos pela Administração, considerando que o abastecimento poderá ocorrer de forma parcelada, conforme demanda das secretarias municipais. Dessa forma, a empresa deverá possuir estrutura operacional suficiente para atender às solicitações do Município sempre que necessário, garantindo a continuidade das atividades administrativas.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado demonstra que o fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em botijões de 13 kg é amplamente disponibilizado por empresas revendedoras autorizadas, sendo um produto de grande circulação e comercialização em todo o território nacional. No âmbito local e regional, existem diversos fornecedores aptos a atender a demanda da Administração Pública, o que evidencia a viabilidade da contratação por meio de processo licitatório competitivo.

O produto apresenta especificações técnicas padronizadas, reguladas por normas técnicas e pelos órgãos competentes, o que facilita a comparação entre propostas e a definição de critérios objetivos para seleção da proposta mais vantajosa. Além disso, a ampla disponibilidade do produto no mercado contribui para a manutenção da competitividade entre fornecedores, favorecendo a obtenção de preços adequados.

Esse cenário de mercado também indica que a contratação pretendida não apresenta barreiras relevantes de fornecimento, sendo plenamente possível a participação de empresas interessadas que atendam aos requisitos técnicos e legais exigidos para comercialização do produto.

DA SOLUÇÃO ENCONTRADA

Diante da necessidade identificada e das características do objeto, a solução mais adequada consiste na realização de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico para a aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 kg, destinados ao uso doméstico, com fornecimento parcelado conforme a demanda das secretarias municipais.

Essa solução permite à Administração Pública contratar fornecedor especializado para garantir o fornecimento contínuo do produto durante o período contratual, assegurando que as unidades administrativas mantenham suas atividades normalmente. A escolha pelo pregão eletrônico também favorece a ampliação da competitividade entre fornecedores, possibilitando a obtenção de proposta mais vantajosa para o Município.

Além disso, o fornecimento parcelado permite maior controle sobre o consumo do insumo e evita o armazenamento excessivo de botijões nas dependências públicas, reduzindo riscos operacionais e garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos destinados à aquisição do produto.

Não será permitido a subcontratação do objeto.

Conformidade legal – Contratação dentro das normas garante transparência, economicidade e eficiência na gestão pública. Lei 14.133/21

ANÁLISE DE OUTRAS SOLUÇÕES

Durante a análise das possíveis soluções para atendimento da demanda, foram consideradas alternativas como a substituição do uso de GLP por sistemas elétricos para preparo de alimentos ou aquecimento, bem como a utilização de estruturas centralizadas de cozinha que pudessem reduzir o consumo do insumo.

No entanto, tais alternativas mostraram-se inviáveis no contexto atual da Administração Municipal. A substituição por equipamentos elétricos demandaria investimentos significativos em infraestrutura, aquisição de novos equipamentos e adequação da rede elétrica das unidades, o que geraria custos elevados e inviabilizaria a solução no curto prazo. Além disso, muitas unidades administrativas não possuem estrutura adequada para suportar o aumento da carga elétrica necessária para esse tipo de equipamento.

Quanto à centralização das atividades de preparo de alimentos, a medida também não se mostrou adequada, uma vez que as secretarias e unidades atendem públicos distintos e estão distribuídas em diferentes locais, o que tornaria a logística mais complexa e poderia comprometer a eficiência na prestação dos serviços.

Dessa forma, conclui-se que a aquisição de GLP em botijões de 13 kg permanece como a solução mais eficiente, econômica e operacionalmente viável para atender às necessidades da Administração Municipal.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

A estimativa de quantidade foi elaborada conforme os últimos anos da gestão, quantidade de alunos, consumo médio diário e mensal, dentre outros parâmetros.

| ITEM | DESCRIÇÃO | FATOR | RURAL | AMBIENTE | GABINETE | SAÚDE | FINANÇAS | CULTURA | INFRA | SOCIAL | ADMINISTRAÇÃO | TOTAL 2026 | VL UNIT | VL TOTAL |
|------|--|-------|-------|----------|----------|-------|----------|---------|-------|--------|---------------|------------|------------|---------------|
| 1 | GÁS DE COZINHA ENGARRAFADO | UND | 30 | 150 | 60 | 250 | 3 | 3 | 6 | 230 | 6 | 738 | R\$ 130,04 | R\$ 95.969,52 |
| 2 | CILINDRO P-45 DE 45 QUILOS COM 20 METROS CÚBICOS | UND | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | |
| | TOTAL | | | | | | | | | | | | | R\$ 95.969,52 |

ESTIMATIVA DE VALOR

R\$ 95.969,52 (noventa e cinco mil novecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)

A pesquisa em relação ao valor foi realizada com base em pesquisas de preços com 3 (três) empresas e no painel de preços do TCE-PI, aferida a média dos valores.

O valor dos itens pesquisados e os orçamentos, como também a média de preços se encontra disponível no processo interno.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

O objeto será executado de forma parcelada, considerando a natureza contínua do consumo e a necessidade de abastecimento progressivo das unidades escolares ao longo do período letivo. Ressalta-se que a contratação será por SRP (Sistema de Registro de Preço), o que viabiliza melhor o planejamento e a aquisição parcelada dos itens. O SRP não obriga a administração a adquirir os itens registrados na Ata de Registro de Preço.

O parcelamento possibilita melhor controle de estoque, evita armazenamento excessivo de material inflamável e reduz riscos operacionais relacionados à segurança. Além disso, permite que a Administração ajuste as aquisições conforme variações de demanda decorrentes do calendário escolar, número de alunos atendidos e funcionamento das escolas.

Assim, o parcelamento mostra-se técnica e economicamente justificável, garantindo eficiência administrativa e mitigação de riscos logísticos e financeiros.

AVALIAÇÃO DE RISCOS

Entre os principais riscos associados à contratação estão eventuais atrasos no fornecimento do produto, falhas logísticas por parte da contratada ou fornecimento de botijões em condições inadequadas de uso. Tais situações poderiam comprometer o funcionamento das unidades administrativas que dependem do insumo para execução de suas atividades.

Outro risco identificado refere-se ao armazenamento inadequado dos botijões nas unidades administrativas, o que pode gerar riscos de segurança caso não sejam observadas as normas técnicas aplicáveis ao manuseio e guarda do produto. Também deve ser considerada a possibilidade de oscilações de preços no mercado de combustíveis, que podem impactar os custos ao longo do período contratual.

Para mitigação desses riscos, é fundamental estabelecer requisitos claros no processo licitatório quanto à qualidade do produto, regularidade da empresa fornecedora e prazos de entrega. Além disso, as unidades administrativas deverão observar as orientações de segurança relacionadas ao armazenamento e utilização do GLP, garantindo condições adequadas de uso.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Não possui. Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A Prefeitura de São João do Piauí desde o início da atual gestão iniciou uma grande transformação, modernização de sua estrutura e austeridade. Buscando com isso aprimorar o atendimento do interesse público. Dessa forma, a contratação está prevista no planejamento do município.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço Global: Adequado para aquisição de bens padronizados.

RESULTADO(S) PRETENDIDO(S)

Com a realização da contratação, pretende-se garantir o fornecimento contínuo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) para atender às necessidades das secretarias municipais, assegurando a manutenção das atividades administrativas e operacionais que dependem desse insumo.

Espera-se também promover maior eficiência na gestão do abastecimento, permitindo que as unidades administrativas realizem suas atividades de forma regular, sem interrupções decorrentes da falta do produto. A contratação contribuirá ainda para a organização do processo de aquisição, possibilitando maior controle sobre os custos e sobre o consumo do insumo pelas secretarias.

Outro resultado esperado é a obtenção de proposta economicamente vantajosa para a Administração Pública, mediante processo licitatório competitivo, garantindo o uso responsável e eficiente dos recursos públicos destinados à aquisição do produto.

PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADA(S)

A Administração indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato: Providências que serão necessárias pela Administração para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (caso não haja e conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho; e assinatura e publicação do contrato.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

O uso de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) apresenta impactos ambientais relativamente reduzidos quando comparado a outras fontes de energia utilizadas para combustão, sendo considerado um combustível de queima mais limpa. Ainda assim, o seu uso envolve a emissão de gases resultantes da combustão, os quais devem ser considerados no contexto das atividades que utilizam esse insumo.

Outro aspecto ambiental relevante refere-se ao correto manejo dos recipientes utilizados para armazenamento do gás, uma vez que os botijões devem seguir padrões de reutilização, manutenção e inspeção estabelecidos pelos órgãos competentes, garantindo sua durabilidade e segurança ao longo do tempo.

A contratação deverá priorizar fornecedores que observem as normas ambientais e de segurança aplicáveis ao setor, garantindo que os botijões utilizados estejam em boas condições de uso e que o

processo de distribuição do produto ocorra de forma responsável, minimizando eventuais impactos ao meio ambiente.

VIABILIDADE

Dotação Orçamentária:

Projeto de atividade: 04.122.0002.2010; 10.301.0005.2031; 10.301.0005.2043;
10.302.0005.2102; 15. 451.0002.2070; 20.122.0002.2171; 18.541.0002.2108; 18.541.0013.2123
Elemento de Despesa: 3.3.90.30
Fonte de Recurso: 500; 600

Comprovação: Secretaria Municipal de Finanças atestou a disponibilidade financeira.

Técnica:

A contratação pretendida apresenta plena viabilidade técnica, considerando que o objeto é amplamente comercializado no mercado e possui especificações padronizadas que facilitam sua aquisição e utilização pelas unidades administrativas do Município.

As secretarias municipais já possuem infraestrutura adequada para utilização de botijões de GLP em suas atividades, incluindo equipamentos compatíveis e locais apropriados para instalação e uso do produto. Dessa forma, não há necessidade de investimentos adicionais em infraestrutura ou adaptação das instalações existentes para viabilizar a contratação.

Além disso, o modelo de fornecimento parcelado permite que a Administração mantenha controle eficiente sobre o consumo e a reposição do produto, garantindo abastecimento contínuo sem necessidade de grandes estoques.

Jurídica:

Parecer da Controladoria: Encaminhado para análise.

Parecer Jurídico: Encaminhado para análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em botijões de 13 kg constitui solução adequada e necessária para atender às demandas das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Gabinete do Prefeito, Saúde, Finanças, Cultura, Infraestrutura, Assistência Social e Administração.

A contratação por meio de pregão eletrônico apresenta-se como alternativa eficiente para promover competitividade entre fornecedores e garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando fornecimento regular do produto e continuidade das atividades administrativas.

Dessa forma, verifica-se que a contratação pretendida é tecnicamente viável, economicamente justificável e compatível com as necessidades da Administração Municipal, contribuindo para o funcionamento adequado dos serviços públicos e para a boa gestão dos recursos públicos.

EQUIPE TÉCNICA

DANIEL CAVALCANTE COELHO PORTO

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ANEXOS

-Pesquisa de preço

-DFD (Documento de Formalização de Demanda)

São João do Piauí-PI, 23 de janeiro de 2026.

DANIEL CAVALCANTE COELHO PORTO

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Econômico.